# CONFERÊNCIA

## Seis desafios para a historiografia no novo milênio<sup>1</sup>

Six challenges for historiography in the new millennium

José D'Assunção Barros<sup>2</sup>

### Resumo

A palestra – proferida na Pontifícia Católica Universidade de Minas Gerais em sete de novembro de 2019 – procura refletir criticamente sobre a historiografia contemporânea, identificando seus principais desafios e demandas. Após uma breve comparação com as demandas dos dois séculos anteriores, a palestra segue discutindo sucessivamente aqueles que podem ser considerados os seis principais desafios da historiografia para as próximas décadas: a responsabilidade social, a criatividade na escrita, as novas interdisciplinaridades, a variedade de suportes, a abragência de públicos e a transferência criticidade.

Palavras-Chave: Historiografia; Interdisciplinaridade; Criticidade; História Pública; Escrita Historiográfica.

#### **Abstract**

The lecture – given at the Catholic Pontifical University of Minas Gerais on November 7, 2019 – seeks to reflect critically on contemporary historiography, identifying its main challenges and demands. After a brief comparison with the demands of the previous two centuries, the lecture discusses successively those that can be considered the six main challenges of historiography for the next decades: social responsibility, creativity in writing, new interdisciplinarities, variety of media suports, the inclusion of different readerships and transfer of criticality.

Keywords: Historiography; Interdisciplinarity; Criticality; Public History; Historiographic Writing.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Conferência proferida na Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais em 07 de novembro de 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Professor-Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História; Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

## Seis palavras para pensar os novos tempos historiográficos

A historiografia contemporânea, como a de qualquer época ou lugar-tempo, apresenta demandas e desafios específicos. Alguns são desdobramentos da herança historiográfica anterior; outros, decorrem de demandas surgidas em nossa própria época, e também de possibilidades que já se anunciam em um tempo próximo. Quais são os maiores desafios que deveremos enfrentar – como historiadores e beneficiários dos trabalhos historiográficos – nestas próximas décadas? Nesta palestra, proporei algumas palavras emblemáticas para falar da historiografia contemporânea em seis diferentes seções³. São elas, na ordem mesma em que discutiremos os próprios problemas que elas sugerem ou implicam: 'responsabilidade', 'criatividade', 'interdisciplinaridade', 'variedade', 'abrangência' e 'criticidade'. Desdobrando estas palavras em expressões mais completas e esclarecedoras, bem como dirigidas a problemas mais especificados, pretendo discorrer sobre a necessidade ou tendência da historiografia do novo milênio em desenvolver-se no sentido da 'responsabilidade social', 'criatividade na escrita', 'novas interdisciplinaridades', 'variedade de suportes', 'abrangência autoral', e, por fim, 'transferências de criticidade'. Cada aspecto será mais bem esclarecido, logo adiante.

A motivação principal será discutir, nesta conferência, quais seriam as principais tarefas que podem ser propostas para a historiografia no novo milênio. Para tal, será oportuno refletir, em um preâmbulo mais geral, sobre quais foram as principais tarefas da historiografia nos dois séculos anteriores. Afinal, se somos historiadores, é oportuno discutir os desenvolvimentos da historiografia como um processo que não começa propriamente ou inteiramente agora, mas que apresenta também heranças e rupturas trazidas das fases anteriores da história da historiografia. Comecemos, então, por discutir quais foram as tarefas da historiografia nos dois séculos precedentes.

## Tarefas da Historiografia realizadas nos séculos precedentes

Desde as primeiras civilizações, a História tem se proposto a si mesma algumas tarefas, agendas e funções bem diversificadas. Entre os povos das antigas civilizações da Acádia e do Egito, os registros históricos desenhados nas paredes de templos e pirâmides, ainda anônimos, parecem ter atendido essencialmente à demanda de

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A ideia de discorrer sobre a historiografia vindoura a partir de seis palavras-chave me foi inspirada pelo ciclo de palestras de Ítalo Calvino, que utilizou a mesma estrutura para discutir a Literatura em suas *Seis Propostas para o Novo Milênio* (1985).

glorificar os grandes impérios e suas dinastias de soberanos. Na Grécia clássica, os historiadores – já nomeados e respondendo por uma responsabilidade autoral que faz de Hecateu de Mileto (546-480 a.C), Heródoto (485-420 a.C) e Tucídides (460-400 a.C) seus primeiros representantes – destacavam-se com a função primordial de salvar os grandes feitos do desaparecimento no Lethe, o rio do esquecimento<sup>4</sup>. Com Marco Túlio Cícero (106-43a.C), na República Romana, já encontraremos bem estabelecida a ideia de que "a História é Mestra da Vida"; ou seja, afirma-se aqui a proposição de que o conhecimento produzido pelos historiadores poderia prevenir os seres humanos - e principalmente os líderes, políticos e governantes – de cometerem os mesmos erros do passado, desde que pudessem aprender com a narrativa dos fatos históricos já vividos. Os séculos se sucederam, e a História, ou as histórias, foram assumindo novas agendas com as sociedades e circunstâncias que as contextualizaram, na mesma medida em que também surgiram reflexões sobre os desafios e funções da Historiografia nos escritos elaborados por historiadores ou filósofos específicos. Como não esquecer as considerações extemporâneas de Friedrich Nietzsche (1844-1900) sobre as Vantagens e Desvantagens da História para a Vida (1872), que colocam como função-limite da História a de servir à própria Vida? E o que não dizer sobre as célebres Teses sobre a História, de Walter Benjamin (1940), que encaminham a demanda de estimular na historiografia a função de se por a serviço de uma perspectiva revolucionária?

Para nossa reflexão, o que importará mais nesta seção é a historiografia científica que se estabelece nos séculos XIX e XX. Queremos nos perguntar, antes de indagar sobre quais funções, tarefas e demandas a História poderá assumir neste novo milênio, pelas tarefas que os historiadores assumiram nos dois séculos anteriores. Encontro para o século XIX – tido como ponto de partida da historiografia científica – seis aspectos que podem resumir adequadamente as conquistas dos novos historiadores profissionais com vistas à consolidação do seu campo de saber. Vou resumi-las de acordo com os seis itens que aparecem no esquema abaixo.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Há nuances e novas agendas, é claro, entre estes e outros antigos historiadores gregos. Com a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, começa a se afirmar na escrita histórica a importância da "prova" (autópsia). Enquanto isso, na geração precedente, as *Histórias* de Heródoto – voltadas não apenas para os acontecimentos políticos e militares, mas também para o cultural e o geográfico – são animadas por uma escrita que deveria culminar em uma declamação perante o público, o que valorizava a habilidade de assegurar a atenção do ouvinte através da vivacidade com a qual se devia contar o que se viu e ouviu. Sobre isto, ver CATROGA, 2006, p. 11, e LOZANO, 1994.



Não em ordem de importância, acredito que se possa dizer que, no movimento geral proporcionado pela historiografia do século XIX, destacaram-se demandas como a de (1) Consolidar o acesso às **fontes** e a possibilidade de compreendê-las historicamente<sup>5</sup>; (2) Estabelecer a ideia de que a História é uma Ciência; (3) Definir os limites disciplinares da História, singularizando o que a distingue de outros campos de saber; (4) Compreender o próprio historiador como um pensador inserido na historicidade; (5) Assegurar a ligação da História com a Grande Política; e (6) Desenvolver metodologias próprias aos historiadores, agora vistos como intelectuais especializados em uma esfera principal de saber, ao contrário da figura do erudito polivalente que predominara no século iluminista. Em expressões mais curtas, poderia escolher as seis que se seguem: "Sistematização das Fontes", "Cientificidade da História", "Estabelecimento dos Limites Disciplinares", "Historicidade do próprio Historiador", "História Política", "Metodologia Crítica". Coletivamente falando, os historiadores do século XIX trabalharam muito nestas seis direções, e legaram para os séculos posteriores uma historiografia que, a partir daí, passou a ser considerada científica.

Nos limites desta palestra – é preciso, desde já, fazer uma ressalva – trabalharemos com simplificações e deixaremos de discutir tanto as variações como as exceções e pontos fora da curva. Busquei captar na minha leitura e sistematização

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Este item, entre outros aspectos, expressa-se pela organização e consolidação de grandes arquivos nacionais – normalmente a cargo de historiadores que são nomeados para esta função pelos governos nacionais na Europa e nas Américas – e também pela publicação sistemática de grandes coleções nacionais de documentos, como foi o caso da série *Monumenta Germaniae Historica* (iniciada em 1826) e de outras iniciativas similares nos diversos países europeus. Além disso, o novo século institui a crítica documental como núcleo da metodologia encaminhada pela nova historiografia (demanda n° 6).

esquemática o movimento mais geral da historiografia oitocentista. De uma maneira ou de outra, acredito que se possa dizer que os seis fatores atrás exemplificados constituíram as contribuições gerais e mais efetivas da nova historiografia que surgia no século XIX. Quando comparamos esta agenda da História oitocentista com a agenda da História no século seguinte, podemos notar que despontam novos aspectos na agenda da historiografia do século XX.

Se eu tivesse que escolher expressões com ambição de razoável precisão que pudessem sintetizar bem as propostas e demandas do século anterior ao nosso, estas seriam: (1) **Problematização** (isto é, a afirmação da problematização como um valor superior à mera descrição dos fatos); (2) Expansão das fontes (aqui entendida como a multiplicação dos tipos de fontes históricas disponíveis aos historiadores); (3). Multiplicação dos **campos históricos** (para além da esfera de interesses que priorizava a Grande Política); (4) Expansão de interesses temáticos – bem representada pela célebre frase: "Tudo é História"; (5) Historiografia socialmente **progressista** (ou seja, a emergência de pelo menos um setor importante da historiografia que se pôs a pensar e realizar uma historiografia que não atendesse exclusivamente aos interesses dos grandes poderes políticos dominantes, mas que também contemplasse outras posições políticas, inclusive as progressistas e revolucionárias); e, por fim (6), a Instalação de uma Perspectiva **Interdisciplinar** – uma tarefa que só se permitiu entrar definitivamente em cena depois que o século anterior cumprira adequadamente a missão de delinear a matriz disciplinar da história, fixando suas fronteiras e singularidades como campo de saber.

Situo estes dois grandes quadros, as seis grandes demandas que foram atendidas pela historiografia do século XIX, e as seis grandes tarefas que estiveram a cargo da historiografia do século XX, apenas para preparar a reflexão sobre as seis propostas para uma historiografia no novo milênio. O tempo disponível para esta conferência não me permitirá discutir os dois séculos anteriores, de modo que apenas apresentei suas agendas historiográficas para mostrar o que já se sabe bem: cada nova época reatualiza as tarefas idealizadas para cada campo de saber já existente, o que é particularmente verdadeiro para o caso da História. Também ressalvo que utilizei algumas simplificações e generalizações para tornar viáveis as reflexões de hoje.

Sabemos que os séculos cronológicos não coincidem exatamente com as variações seculares da história efetiva, enquanto campo de acontecimentos, e tampouco da História escrita, enquanto campo de saber que produz conhecimento sobre estes

processos e acontecimentos. Eric Hobsbawm (1917-2012), por exemplo, referiu-se ao "breve século XX" (1994)<sup>6</sup>, mostrando que este poderia ser pensado entre os limites assinalados pelo início das grandes guerras e pelo termo final trazido nos anos 1990 tanto pela desarticulação da bipolarização típica da Guerra Fria, na qual o planeta se havia adequado politicamente ao confronto entre duas grandes superpotências (EUA e URSS), como pelo espraiamento do advento da era digital. O novo século que estamos vivendo, talvez possamos concordar com isso, começa no trânsito para os meados dos anos 1990, quando se afirmam fatores como a difusão do sofisticado mundo da informação, da interconexão digital e da Internet disponibilizada para grandes faixas da população, configurando isto que podemos considerar uma verdadeira revolução digital e o estabelecimento de uma cibercultura que nos enreda a todos. Isso, claro, sem contar a nova configuração política no planeta. Posto isto, quero adentrar a reflexão principal a que me propus: a de pensar seis propostas para a historiografia do novo milênio, ou pelo menos do novo século em cujas primeiras décadas vivemos. Disse que iria propor as seis palavras atrás mencionadas para discorrer sobre as tarefas e demandas que parecem ser mais importantes para a nova historiografia.



<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Este é o subtítulo da obra *A Era dos Extremos – o breve século XX*, escrita por Hobsbawm em 1994. Por outro lado, o título contrapõe-se a outra obra publicada no mesmo ano: *O Longo Século XX*, de autoria do economista político italiano Giovanni Arrighi. Nesta, constrói-se um recorte em função do ciclo de acumulação de capital dominado pelos Estados Unidos desde fins do século XIX.

## Responsabilidade Social

Vivemos em tempos sombrios. A situação não é nova. A história e a historiografia do século anterior também enfrentaram situações igualmente preocupantes, ou mesmo terríveis - como a emergência dos totalitarismos da primeira metade do século XX, apenas para trazer o exemplo mais forte e impactante. Um setor extremamente significativo dos historiadores que atuaram no século anterior, por isso mesmo, foi atraído pela tarefa de enfrentar os poderes dominantes. Se no século XIX a historiografia científica é praticamente fundada para dar apoio aos estados-nações, abrindo aos novos historiadores de então espaços importantes junto aos poderes públicos, o século XX introduz, ao lado da historiografía que continua a dar apoio aos poderes constituídos, também uma historiografia de resistência. De fato, se o paradigma do Materialismo Histórico e outras proposições revolucionárias para a historiografia já haviam se afirmado no plano político e filosófico desde meados do século XIX, já na historiografia propriamente dita foi com o século XX que surgiram os primeiros trabalhos historiográficos concretos nestas direções. A História Vista de Baixo, por exemplo, é uma contribuição introduzida por historiadores marxistas de língua inglesa da segunda metade do século XX<sup>7</sup>, e vêm do período da Segunda Guerra um texto filosófico que se tornou paradigmático e muito popular entre os historiadores progressistas e de esquerda: as célebres Teses sobre o Conceito de História (1940), nas quais Walter Benjamin (1892-1940) predica em favor de um novo modelo historiográfico que possa se posicionar contra a velha historiografia oficial que tanto se comprazia em "celebrar o cortejo dos vencedores"<sup>8</sup>.

Penso que uma primeira tarefa importante a se considerar para a historiografia do novo milênio é a de assegurar continuidade à alternativa configurada por esta historiografia de resistência que encontra seu primeiro espaço de expressão no século anterior. Vivemos, particularmente a partir da segunda década do século XXI, um

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A História Vista de Baixo é aquela que dá voz e protagonismo ao homem comum, aos personagens habitualmente invisíveis na historiografia mais tradicional. Entre seus fundadores, contam-se nomes como o de Thompson (1966) e Christopher Hill. Este último, em *O Mundo de Ponta-Cabeça – as ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640* (1972), assinala o espírito inovador que está por trás desta perspectiva: "Podemos descobrir que os homens e mulheres obscuros que aparecem neste livro, junto a alguns menos obscuros, falam mais diretamente a nós do que Carlos I ou Pym ou o general Monk, que nos manuais figuram como os autores da história" (HILL, 1987, p. 35). Cf. SHARPE, 1990, p. 39-63 e HOBSBAWM, 2000, p. 216-231.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Benjamin, 2008, p. 224.

momento de conservadorismo e graves retrocessos sociais no planeta. O neoliberalismo, em implacável articulação com o capitalismo financeiro global, dissolve conquistas que já estavam bem estabelecidas para os trabalhadores, e o Estado de bem-estar social ameaça desaparecer no ar deixando à margem inúmeras famílias pertencentes às classes menos favorecidas. Nos Estados Unidos, nação dominante no cenário do capitalismo mundial, as fronteiras com o México são fechadas com muros de concreto e ferro erguidos por um governo declaradamente conservador, enquanto os migrantes ilegais são perseguidos e colocados em ambientes que não ficam tanto a dever aos campos de concentração do nazismo alemão da primeira metade do último século. Talvez nunca, como nos dias atuais, tenham se mostrado serem tão incontornáveis as contradições entre capitalismo e democracia. Se o século XX havia apresentado inúmeros exemplos de ditaduras tradicionais, o nosso século XXI parece assistir, nos anos mais recentes, à emergência de novos tipos de ditaduras, como o daquelas que não precisam mais se impor basicamente pela violência física (embora isso também continue a ocorrer), e sim através de novos modelos que envolvem o controle dos poderes judiciários e a manipulação de amplos setores da população através das mídias de todos os tipos. Tais acontecimentos, e muitos outros, reforçam a necessidade de que, em continuidade com esta que já foi uma das conquistas essenciais do século anterior, a historiografia deste novo milênio prossiga com uma história-resistência cujo signo central deve ser o da 'responsabilidade social'.



A 'História Vista de Todos os Lados' seria sinônima de uma 'História Inclusiva'. Acredito que, se a História-Resistência do século XX pôde ser percebida como uma oposição da 'História Vista de Baixo' àquilo que muitos categorizam como o campo da historiografia oficial, estatal, atenciosa aos interesses dominantes, já a

História-Resistência do século XXI poderá se colocar nos termos de uma oposição entre uma 'História Inclusiva' e uma 'História Excludente'. Nesta nova perspectiva, mais abrangente, a História Vista de Baixo torna-se um capítulo fundamental da História Inclusiva, que, por outro lado, atravessa a sociedade de alto a baixo, por todos os lados, em todas as profundidades. As desigualdades decorrentes do Capitalismo podem ser, em boa parte, afrontadas por uma História Vista de Baixo. Há, contudo, outros tipos de assimetrias, como aquelas derivadas do Pós-Colonialismo, tais como a discriminação racial e a xenofobia, ou outras derivadas do Patriarcalismo, tais como a discriminação sexual. Estas poderão ser mais bem delineadas se tivermos em mente a necessidade de trabalhar por uma História Inclusiva<sup>9</sup>. De igual maneira, devem encontrar os seus lugares em uma História Inclusiva – sem hierarquias que os submetam – os regionalismos de todos os tipos, sejam os relativos a áreas culturais-geográficas, como no caso do Brasil, sejam os relacionados ao delineamento de identidades nacionais internas a um mesmo Estado, tal como ocorre com a contraposição entre o plurinacionalismo espanhol e as identidades catalã, basca e galega, cada qual com a sua história particular e a sua inserção mais geral na própria História da Espanha. O que não dizer, para trazer aqui mais um exemplo, da necessidade ainda premente de uma história escrita dos povos indígenas e do movimento zapatista, que surpreendeu tão enfaticamente o universo político do México na passagem para o novo milênio, abrindo seu caminho na história deste país e dos movimentos sociais e revolucionários?

Além de trabalhar em favor de uma História Inclusiva, abordar a História com responsabilidade social é também estimular nos leitores e alunos de História o desenvolvimento de uma capacidade crítica que poderá ser depois utilizada para mudar o mundo em que vivem. Voltaremos na sexta proposição a este e outros pontos, pois ali postularemos que uma das tarefas da nova historiografia deverá ser a de contribuir para transferir para grandes faixas da população a capacidade crítica de análise de fontes que tem sido desenvolvida pelos historiadores em dois séculos de instalação da historiografia científica. Por ora, quero passar à segunda palavra-chave que pode simbolizar mais uma proposta para a historiografia do novo milênio: a Criatividade –

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Sobre esta tríade de modernas dominações, assim se expressa Boaventura de Sousa Santos em um texto particularmente oportuno: "Tenho defendido que a dominação moderna é constituída desde o século XVI por três modalidades principais de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Desde suas origens, esses três modos de dominação sempre atuaram articulados. As épocas e os contextos sociais de cada país se distinguem pelo modo específico de articulação entre os diferentes modos de dominação que prevalecem. O colonialismo não terminou com o fim do colonialismo histórico. Continua hoje sob outras formas, como o colonialismo interno, o racismo, a xenofobia e a islamofobia" (SANTOS, 2018, p. 77).

ou, mais especificamente, o fator relacionado a uma 'escrita criativa', que poderia realçar a possibilidade de que a História, além de se afirmar como uma ciência nos aspectos pertinentes à pesquisa, desenvolva-se também como uma Arte no momento em que o historiador elabora seu texto.

#### Por uma escrita mais criativa

A segunda proposição que discutirei refere-se a outro problema vital para a História, e que tem se tornado cada vez mais importante nas últimas décadas. Refiro-me ao fato de que História não é apenas "algo que se pesquisa", e que, no mesmo movimento, é submetido a uma análise; a História também é "algo que se escreve". Em outras palavras, a História não corresponde apenas a um campo científico de pesquisas: ela é também uma Arte. O que é cientificamente pesquisado e analisado pelos historiadores, precisa ser apresentado em forma de texto por estes mesmos historiadores. Por isso estes mesmos historiadores têm exigências estéticas a cumprir. Além de pesquisadores hábeis, e de formuladores de problemas historiográficos, os historiadores precisam escrever.

Posto isto, é preciso salientar que já é uma ideia antiga, aceita pela maior parte dos historiadores, a de que a História é um gênero de saber que envolve simultaneamente pesquisa e artesanato. Ainda assim, podemos partir da percepção de um sintoma importante. Nas últimas décadas, temos assistido a um fenômeno editorial que tem perturbado de alguma maneira os meios historiográficos. Obras de História têm sido elaboradas por escritores que não são historiadores de formação, e muitas delas têm alcançado sucesso editorial impressionante em termos de vendagem de livros. Não tem sido rara, por exemplo, a afirmação editorial da figura do jornalista que se faz historiador, e que conquista um amplo público para suas realizações na área de história. Enquanto isso, as obras de história elaboradas por historiadores profissionais, com todo o rigor científico, por vezes despertam menor atenção do grande público. No Brasil essa tendência tem se mostrado saliente. Qual é a raiz deste problema? Esta pergunta faz desta segunda proposta não apenas uma proposição para a historiografia, mas também para o Ensino de História.

Parece-me claro que os currículos de graduação em História não podem prescindir de oferecer, aos historiadores em formação, disciplinas que os habilitem a lidar de maneira mais competente, e mesmo artística, com a Escrita da História. Existe

ainda um fator adicional a ser considerado quando falamos na necessidade de desenvolver uma escrita criativa da História. É que, se a História, no âmbito da pesquisa, é elaborada por especialistas, no âmbito da produção de texto, ela deve se voltar para públicos diversificados, menos ou mais especializados. O historiador não escreve apenas para a Academia. E, mesmo quando faz isso, também pode buscar trazer ao seu leitor acadêmico uma leitura prazerosa criativa, inovadora.

Há duas questões aí envolvidas. A escrita da História pode ser mais agradável, e também pode ser mais criativa. O último século já vinha assistindo a experiências importantes no âmbito da criação literária, particularmente no que se refere à escrita imaginativa. Os autores de romances, por exemplo, têm experimentado as mais inovadoras e inusitadas formas de entretecerem suas narrativas. O Tempo, por exemplo, é tratado pelos escritores de ficção de maneira criativa, permitindo idas e vindas, abrindo-se para a exploração do tempo psicológico, para o entrecruzamento de ritmos temporais diversos. Na Historiografia, Fernando Braudel deu-nos, há muitas décadas (1949), o exemplo de um uso mais criativo do tempo na narrativa histórica, ao articular durações diversas sujeitas a diferentes ritmos temporais. De modo geral, contudo, é possível dizer que a escrita dos historiadores tem apresentado soluções relativamente modestas para o tratamento do tempo narrativo: de modo geral, tem-se um tempo tratado linear e progressivamente, com um encaminhamento facilmente previsível e incapaz de surpreender o leitor.

É marcante o contraste entre a apenas modesta inventividade da escrita historiográfica do último século e a extraordinária ousadia criativa alcançada pela Literatura contemporânea no mesmo período. Embora a literatura moderna tenha sido pródiga em experimentos textuais durante todo o século XX, salta à vista o quão pouco experimental tem sido a narrativa histórica neste mesmo período. Seria permitido a um historiador moderno escrever como José Saramago ou Guimarães Rosa? O quanto poderiam os historiadores ainda aprender com a escrita polifônica de Dostoiévski, tão bem analisada por Mikhail Bakhtin? Poderíamos ainda nos perguntar: a Academia abre possibilidades para que os historiadores mobilizem recursos poéticos na escrita de seus textos? Como lidar com o já mencionado 'fator tempo', para além das possibilidades unidirecionais que habitualmente são escolhidas e administradas pelos historiadores profissionais? Como lidar mais criativamente, enfim, com a parte de "artefato literário" que é inerente à história, coadunando-a à dimensão de cientificidade que lhe é trazida pela pesquisa? Estas perguntas e outras levam-nos a alguns horizontes de preocupações

e possibilidades que poderiam pautar a busca dos historiadores por uma escrita cada vez mais eficaz, interessante e criativa, capaz de interessar de modos diversos o seu diversificado universo de leitores.



Penso que os historiadores das novas gerações serão cada vez mais convidados a se tornarem escritores mais criativos, eficientes e estimulantes, com capacidade de diversificar seus modos de escrita e de interessar distintas faixas de público-leitor, sem que em nenhuma destas operações decaia a densidade e profundidade científica de seus trabalhos. Entre outros aspectos, duas ordens de questões que merecem atenção, e que serão comentadas oportunamente, são aquelas que nos apresentam a possibilidade de desenvolver recursos para expor, em um único texto, 'distintas vozes sociais' – ultrapassando, assim, a narrativa unidirecional que encaminha o ponto de vista único – e a possibilidade de explorar 'novos modos de lidar com o tempo', para além da mera perspectiva do tempo linear, unidirecional e progressivo que é desenrolado em uma única cadência.

Existe já, é claro, certo número de experiências recentes que merece destaque por atribuir ao estilo, forma, e também à inventividade da escrita, um papel mais central na historiografia. Os micro-historiadores, por exemplo, têm colocado a questão da escrita final do texto como uma questão crucial, que pode afetar inclusive o que pode ser passado ao leitor acerca da pesquisa realizada pelo historiador. A escolha de um ou outro caminho narrativo, ou a opção por certa forma dada ao texto, também tem as suas implicações, inclusive para a própria dimensão da pesquisa histórica – um aspecto que

não tem fugido à consideração de alguns historiadores. A Micro-História, para seguirmos com este exemplo, tem se esmerado em avivar as implicações da forma literária em relação às instâncias da pesquisa historiográfica. Esforços como esses chamam atenção para o fato de que Pesquisa e Escrita não são instâncias que se desenvolvem necessariamente em separado<sup>10</sup>.

De todo modo, hoje como ontem, a massa de historiadores profissionais produziu grandes escritores, no sentido de produção do artefato literário da história. Os séculos XIX e XX foram pródigos em grandes historiadores com exímia capacidade literária, e, hoje em dia, ainda é assim. No nível mais mediano constituído pela grande massa dos historiadores, contudo, penso que ainda se discute pouco a importância da escrita, do fazer literário implicado pela História. Trazendo para este ponto a discussão sobre o Ensino de História no âmbito de graduação, quero sustentar a minha convicção de que os historiadores em formação precisam aprender técnicas literárias. O historiador profissional precisa também se formar como Escritor. Isso me parece imprescindível.

Esta questão, particularmente importante, leva-nos a um novo eixo de discussões. Como fornecer ao historiador em formação, através do Ensino de Graduação em História, as competências que o habilitarão a também ser um experimentador de novos modos de narrar a história, ou de expor os problemas historiográficos? Não será importante para o historiador em formação o estudo da Literatura, não apenas como fonte histórica, mas também como campo de recursos que podem ser incorporados ao *metier* historiográfico de construção textual? O hábito de ler obras de literatura imaginativa, neste sentido, não poderia ser um elemento importante para a formação do historiador? O currículo de Graduação em História não deveria contemplar – e agora como crédito obrigatório – pelo menos uma disciplina que trabalhasse com invenção literária, com os recursos diversificados da narrativa e da arte da descrição que têm sido mobilizados na Literatura? Se os historiadores profissionais não puderem se transformar em exímios escritores, estarão sempre ameaçados de perderem seu lugar de destaque, junto ao grande público leitor, para os profissionais de outras áreas que têm publicado trabalhos de História. Em uma palavra, é preciso que o historiador em formação seja

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Para o caso da Micro-História, ver o ensaio de Giovanni Levi para o livro organizado por Peter Burke sobre a *Escrita da História* (1992, p.133-161). Levi chama atenção para o fato de que o modo de apresentar o texto também pode integrar a pesquisa, nela interferindo, sendo esta a tendência estilística mais presente entre os micro-historiadores (LEVI, 1992, p. 153-158). A questão dos modos de exposição desenvolvidos pelos micro-historiadores também é abordada por Jacques Revel em "Micro-Análise e Construção Social" (1992, p. 34-38).

habituado a enxergar a sua prática não apenas como uma Ciência, mas também como uma Arte. Esta exigência, contudo, traz complexidades adicionais, que implicam a possibilidade de diálogos com novos campos interdisciplinares. Refletiremos sobre alguns destes diálogos em seguida.

## **Novas Interdisciplinaridades**

Quando apresentei mais rapidamente as seis tarefas que foram bem conduzidas pelos historiadores do século passado, dei um lugar especial, entre elas, à conquista historiográfica da Interdisciplinaridade. Esse tema é amplamente conhecido nas obras de história da historiografia, e é adequadamente ensinado em nossos cursos de graduação em História. Costumam ser muito lembrados projetos interdisciplinares como o da Escola dos Annales. Os próprios currículos de graduação em História nas diversas universidades de nosso país, e em muitos outros, demonstram como o projeto da Interdisciplinaridade saiu-se vitorioso na historiografia do último século. Se investigarmos os perfis curriculares dos cursos de graduação em História, sempre encontraremos um elenco relevante de disciplinas referentes a outros campos de saber entre aquelas que precisam fazer parte da formação de nossos alunos de graduação em História. De universidade a universidade, podem mudar mais especificamente quais são as interdisciplinas que serão estudadas em um currículo sempre de quatro anos, mas elas estão sempre presentes. Em algumas universidades serão a Geografia, a Antropologia, a Sociologia; em outras poderão ser a Psicologia, a Ciência Política, a Economia, e assim por diante.

O projeto Interdisciplinar da historiografia do século XX saiu-se vitorioso. Podemos nos perguntar, entretanto, se ele já se completou. A terceira proposição que apresento para uma historiografia do novo milênio é a exploração de novas interdisciplinaridades. Antes de pensar quais seriam elas, perguntemo-nos inicialmente quais foram as interdisciplinaridades exploradas pela historiografia do século anterior. E antes disto, reflitamos por um instante sobre os motivos que fizeram da Interdisciplinaridade um item programático importante para a historiografia daquele século. Para isto, é incontornável compreender que os historiadores do século XIX tiveram entre suas principais tarefas a fixação dos limites e fronteiras disciplinares da História; esses limites, no século XX, seriam desafiados, consistindo este movimento, precisamente, o projeto da Interdisciplinaridade. Delinear a singularidade da história

enquanto campo de saber, definir a matriz historiográfica, fixar aquilo que faz da História um campo de saber único, distinto de todos os outros, foi uma conquista dos historiadores oitocentistas. Há uma hora, no entanto, em que as fronteiras ameaçam se transformar em limites, arriscam-se a favorecer a construção de muros, ou promovem o isolamento dos saberes. Depois de definido o perfil disciplinar da História, o movimento complementar, para fora, era imprescindível. Esta foi uma das tarefas da historiografia do século XX.

O que busca um campo de saber em outro quando constrói com ele um novo diálogo? De modo mais geral, há três possibilidades de interação entre dois campos de saber, ou três 'pontes interdisciplinares', por assim dizer<sup>11</sup>. Uma dessas pontes é a Teoria. Uma disciplina pode importar ou se inspirar em conceitos de outra; ou aplicar perspectivas teóricas que são habituais em outra disciplina. A Metodologia constitui uma segunda ponte interdisciplinar possível, e permite que técnicas e métodos sejam apropriados de um para outro campo. Por fim, o Discurso – ou os modos de expressão – pode constituir outra possibilidade muito comum de ponte interdisciplinar. Estes três lugares de troca – a Teoria, a Metodologia e o Discurso – foram bem explorados pelos historiadores do século XX, de modo a romper ou flexibilizar os limites de sua disciplina e repensar seus pontos de imobilidade.



<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Elaborei o conceito de 'ponte interdisciplinar' no livro *Interdisciplinaridade – na História e nos demais campos de saber* (BARROS, 2018).

Com relação à pergunta sobre quais seriam as interdisciplinaridades nas quais se inspirou a historiografia no século XX para renovar suas teorias, métodos e estratégias discursivas, é quase natural compreender que estas não poderiam deixar de ter sido as demais disciplinas ligadas às ciências humanas e sociais. A Geografia, ciência-irmã da História - quase uma gêmea univitelina nos seus primórdios - foi a primeira a se apresentar ou ser evocada para um diálogo interdisciplinar com os historiadores. De igual maneira, a Antropologia, Sociologia, Linguística, Economia, Psicologia – cada uma destas disciplinas teria um papel importante no movimento interdisciplinar promovido pelos historiadores do século XX, entre outros campos de saber que poderiam ser citados. O esquema acima registra dez disciplinas importantes com as quais os historiadores interagiram mais recorrentemente no decorrer do último século, embora haja outras que entraram em diálogo mais específico com certos campos históricos, a exemplo do Urbanismo, com relação à História Urbana, ou dos saberes médicos com relação às temáticas de História da Doença e da Saúde. Parceiras mais antigas, que remontam ao século XIX, são aquelas que um dia foram percebidas pelos historiadores como ciências colaboradoras com relação a aspectos metodológicos relacionados à coleta, crítica e conservação de fontes, tais como a arqueologia, e filologia e a arquivística<sup>12</sup>. Temos um vasto quadro de interdisciplinaridades alcançadas no século XX, se considerarmos estes e outros campos de saber que ajudaram a renovar a História nos aspectos teóricos, metodológicos, discursivos e na ampliação de seus problemas e interesses temáticos. Pergunto-me, no entanto, se o projeto interdisciplinar da História já se concluiu, e se o nosso campo de saber e de atuação pode se dar por satisfeito com os diálogos que estabeleceu até aqui com outros campos de saber. Nesta terceira proposição, vou postular que não. Há ainda uma série de interdisciplinaridades que urgem ser exploradas pelos historiadores deste novo século que já adentramos. As principais delas, conforme vou propor, referem-se aos campos artísticos de expressão, e ainda às disciplinas ligadas à comunicação e à informática.

Há ainda interdisciplinaridades importantes decorrentes de questões prementes e urgentes de nossa época, como ocorre com os diálogos que têm sido estabelecidos entre a Ecologia e a História Ambiental, ou decorrentes de certos avanços surpreendentes na ciência de modo geral, tal como ocorreu com as pesquisas sobre o Genoma Humano, capazes de trazer aos historiadores informações precisas sobre

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Em um campo mais específico, há disciplinas que chegaram a ser chamadas de ciências auxiliares da História, tais como a Paleografia, Genealogia, Numismática, Heráldica, e outras tantas.

aspectos relacionados ao organismo humano e de recuar, na história da espécie humana, a períodos que até então eram configurados como uma pré-história, inacessível aos historiadores senão através de identificação paleo-arqueológica de objetos e fósseis<sup>13</sup>. O afloramento de questões ligadas ao Patrimônio e à Memória, uma preocupação relativamente recente dos governos nacionais, leva ainda a motivar o diálogo interdisciplinar da História com áreas como a "Memória Social e Patrimônio", e a reavivar diálogos com ciências como a Museologia.



Nesta proposição, abordarei principalmente as Novas Interdisciplinaridades da história com campos artísticos como a Música, Cinema, Literatura – os quais julgo que podem trazer contribuições surpreendentes para o pensar, o fazer e a escrita da História. No próximo item também abordarei os diálogos interdisciplinares relacionadas à Informática. Entrementes, registro no esquema abaixo, no arco mais geral de saberes que mencionei, algumas interdisciplinaridades que se abriram aos historiadores em tempos mais recentes.

Quando dizemos que será uma tarefa dos historiadores do novo milênio explorar a interdisciplinaridade entre História e campos ligados aos modos de expressão artística, como o Cinema ou a Música, é preciso ficar claro que não se trata mais da

264

Derivada da Bioquímica, a área de estudos que estuda o genoma dos organismos vivos, em todos os seus aspectos e implicações, tem sido chamada de Genômia. Sua importância tem crescido de tal maneira que já constitui um campo de saber próprio, uma nova disciplina. No caso das pesquisas sobre o Genoma Humano, além dos evidentes benefícios para as ciências da saúde, elas têm permitido rastrear a própria história da humanidade, definindo as grandes migrações humanas que ocorreram entre os continentes no período pré-histórico, a origem africana da humanidade, a história das transformações ocorridas no corpo humano, a diversificação e unidade dos seres humanos, e outros tantos aspectos de interesse para a História que até então eram insondáveis.

relação entre um campo de saber – a História – e um objeto de estudo, como o Cinema por exemplo. Esta relação já foi bem percorrida pelos historiadores do século passado, que fizeram do Cinema um dos seus temas de estudo através do que podemos categorizar como uma História do Cinema. Também se trata mais da igualmente bem percorrida possibilidade de utilizar o Cinema (ou os filmes produzidos neste campo artístico) como fontes históricas. Essa História através do Cinema, ou seja, essa História que toma os filmes como fontes para entender aspectos diversos como o mundo político, as relações sociais, a economia, as relações de gênero, e inúmeras outras temáticas, é também uma conquista dos historiadores do século XX. A nova interdisciplinaridade com o Cinema, entretanto, será aquela que permitirá uma renovação da historiografia a partir dos seus conceitos, dos seus modos de tratamento do tempo, do uso de recursos extraídos da linguagem cinematográfica propriamente dita, e assim por diante. Ou seja, a interdisciplinaridade entre História e Cinema será possível quando os historiadores explorarem as pontes intertextuais que atrás indicamos: a Teoria, o Método, o Discurso. Vou ilustrar uma destas possibilidades com o exemplo do tempo. Desde seus primórdios, o Cinema enfrentou criativamente as possibilidades de introduzir o tempo nas suas narrativas fílmicas. Com o Cinema, dois tempos podem ser enunciados simultaneamente, através da montagem. Além disso, a narrativa fílmica introduz habitualmente, no seu fluxo, várias idas e vindas no tempo, quebrando a linearidade que fixa um ponto inicial e daí avança para o futuro em um mesmo ritmo. A narrativa fílmica comporta, além das idas e vindas, variações de ritmo: acelerações e retardos do tempo. Há ainda o confronto entre o tempo real e outras instâncias temporais: o tempo psicológico, o tempo do sonho, o tempo da memória. O recurso em confrontar distintas densidades de tempo através do contraste entre cenas a cor e cenas em preto e branco é apenas um dos muitos exemplos de invenções narrativas introduzidas pelos cineastas.

No texto histórico, ao contrário, quase sempre nos defrontamos com um tratamento muito linear o tempo. Não poderia o Cinema ajudar a historiografia a renovar o seu Discurso, ou mesmo a metodologia de apresentação dos seus resultados de pesquisa? Criar novos modos de tratamento do tempo, ultrapassando a linearidade, seria, a meu ver, uma tarefa para os historiadores deste novo século. Ainda estamos longe disso, ainda que se possa perceber que, a partir dos anos 1980, começam a aparecer na historiografia algumas ousadias criadoras relacionadas a novas formas de tratar o tempo. Nas últimas décadas, alguns historiadores têm assumido a missão de serem

pioneiros na incorporação de técnicas narrativas introduzidas pela literatura e pelo cinema moderno, e ousaram retomar a narrativa historiográfica — acompanhando o grande movimento de revalorização explícita da narrativa na história — mas cuidando particularmente de assegurar a libertação em relação a uma determinada imagem de tempo mais linear ou mais fatalmente progressiva na apresentação de suas histórias (ou seja, na elaboração final dos seus textos).

As experiências que se abrem para os novos tratamentos possíveis do tempo histórico vão desde as histórias que se movimentam para frente e para trás e dos modelos narrativos que oscilam entre os tempos público e privado, até as experiências de captação do fluxo mental dos agentes históricos, explorando, neste mesmo movimento, o tempo interno e intersubjetivo. Estas e outras experiências narrativas pressupõem formas criativas de visualizar o tempo, ancoradas em percepções várias como as de que o tempo psicológico difere do tempo cronológico convencional, de que o tempo é uma experiência subjetiva (que varia de agente a agente), de que o tempo do próprio narrador externo diferencia-se dos tempos implícitos nos conteúdos narrativos, e de que mesmo o aspecto progressivo do tempo é apenas uma imagem a que estamos acorrentados enquanto passageiros da concretude cotidiana, mas que pode ser rompida pelo historiador no ato de construção e representação de suas histórias. Esta ousadia de inovar na representação do tempo, de transcender a linearidade habitual a partir da qual o vemos, pode ser também aprendida por aquele que adentra o mundo da formação histórica, e o papel da interdisciplinaridade com a Literatura e com o Cinema mostra-se indispensável para completar a aquisição de mais esta competência necessária ao historiador profissional, o que nos leva mais uma vez às relações entre escrita da História e Ensino de História em nível de graduação. A interdisciplinaridade Cinema-História também nos coloca outras possibilidades, para além da inspiração dos historiadores nos conceitos trazidos pelo cinema – tais como montagem, multiplicidade de tempos, entre outros – mas também a possibilidade de que o Cinema ofereça um novo suporte aos historiadores, para além da já tradicional exploração do formato-livro. Não estaria aberta, neste novo milênio, a possibilidade para que não apenas os Cineastas se apropriem da História, como também os Historiadores se apropriem do Cinema? Não poderiam os historiadores tomar a si o caráter diretivo de grandes trabalhos historiográficos que tragam como suporte o Cinema, e, nesta perspectiva, não seria o caso de trazer o Cineasta para a equipe técnica do historiador, e não o contrário?

Passo a discutir agora o caso da Música. Seria possível aos historiadores encontrar na Música novas pontes interdisciplinares? Insistimos mais uma vez: não se trata mais de apreender a Música como objeto de estudo, ou de utilizar as realizações musicais como fontes históricas. Isso já começou a ser feito desde o século passado, com aqueles que trabalham a História da Música e a História através da Música. Em uma direção inteiramente distinta destas apropriações historiográficas que tomam a Música como objeto ou fonte histórica, estamos mais perto, neste novo século, de outros modos de interação entre História e Música, entre os quais a possibilidade de utilizar conceitos e modos de imaginação típicos da Música para a renovação da História como campo de saber. Será que certos conceitos típicos de Música (enquanto disciplina ou prática) não poderiam contribuir para oferecer à História novos modos de análise, novos recursos expressivos, novas aproximações teóricas? A imaginação musical não poderia contribuir para renovar os modos de imaginação que já são típicos dos historiadores?

Já existem experiências nesta direção, diálogos interdisciplinares movimento, conceitos compartilhados. Um exemplo é a utilização do conceito de polifonia para nos referirmos a determinados tipos de fontes históricas, ou de expectativas que podem ser estabelecidas para tratamento de certas fontes históricas. A polifonia, na música, corresponde à sucessão simultânea de diversas vozes musicais, ou de diversas melodias que caminham juntas, estabelecendo contrapontos, diálogos, imitações, dialéticas de pergunta e resposta. A música Johan Sebastian Bach (1685-1750), compositor alemão da última fase do período barroco (primeira metade do século XVIII), oferece inúmeras realizações de construções polifônicas. Do mesmo modo, os conjuntos de choro no Brasil contemporâneo, nas suas realizações instrumentais, também elaboram a polifonia à sua maneira. Linguistas como Mikhail Bakhtin (1895-1975) utilizaram o conceito de polifonia fora do campo mais propriamente musical, aplicando-o à Literatura. Bakhtin vale-se da ideia de polifonia para se referir à escrita literária do escritor russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881), mas também a estende a diversas outras criações no campo do Romance, argumentando que, nesta forma de escrever, o discurso autoral pode ser contraposto a uma diversidade de vozes distintas que se afirmam enfaticamente, seja a partir dos diversos personagens, seja através de inserções narrativas que trazem outros discursos que não são o do autor do texto. A esse jogo de várias vozes que ora dialogam, ora se contrapõem ou se digladiam, ora se citam mutuamente, ora expressam diferentes discursos ligados a diferentes comunidades linguísticas, Bakhtin denominou "dialogismo". O chamado "romance polifônico", para Bakhtin, seria aquele no qual, ao lado do narrador principal que conduz temporalmente o fio do discurso, afirmam-se diversas vozes ideológicas contraditórias (BAKHTIN, 2008, p. 208). A bem dizer, na polifonia literária autêntica não deveria existir uma voz que subordina as outras, o que seria uma "monologia" ou o equivalente a uma "homofonia musical", mas sim um autêntico dialogismo que estabelece uma trama na qual as diversas vozes polemizam entre si, afirmando cada qual a sua visão de mundo.

A perspectiva da polifonia foi trazida para a História, a partir de Bakhtin, por autores como Carlo Ginzburg, entre muitos outros. Pode-se dizer, neste caso, que um conceito originário da Música, mediado pelo campo da crítica literária, terminou por ser assimilado pela História de modo a produzir novas perspectivas teóricas e metodológicas. É a isso que me refiro quando digo que a última e mais fascinante possibilidade de interação entre Música e História se refere à possibilidade de que o campo musical forneça aos historiadores novos conceitos e mesmo modos de imaginação inéditos, capazes de renovar a História. O vocabulário musical passou também à metodologia da História. Chamamos de fontes polifônicas àquelas que apresentam um padrão mais intenso de dialogismo em decorrência da própria maneira como estão estruturadas, ou em função dos próprios objetivos que as materializaram. Podemos também chamá-las de "fontes dialógicas", em atenção à contribuição de Bakhtin. De todo modo, a característica deste tipo de fontes é que a polifonia se torna tangível. O historiador pode ler nelas uma trama formada por diversas vozes, da mesma maneira que o maestro tem sob seus olhos, ao ler a sua partitura, as diversas melodias encaminhadas pelos vários instrumentos da orquestra.

Fontes dialógicas ou 'polifônicas', por excelência, entre várias outras que poderiam ser mencionadas, são os processos criminais e processos inquisitoriais — conjuntos documentais que envolvem depoimentos de réus, testemunhas e acusadores, mas também a figura destes mediadores que são os delegados de polícia e os inquisidores, como também os advogados para o caso dos processos jurídicos modernos. Mesmo a vítima de um assassinato, imobilizada na cena de um crime no último instante de sua vida, fala de muitos modos aos investigadores e faz-se registrar no processo, através dos inúmeros fatos e objetos de sua vida que são esquadrinhados, das frases que proferiu nas últimas semanas e que são recuperadas na investigação, do seu corpo que será lido e relido pela perícia criminal. Há uma polifonia, enfim, que encontra a sua orquestração no interior de um processo de qualquer tipo, criminal ou civil. Para os historiadores, não se tratará obviamente de encontrar culpados ou de

resolver o crime, mas sim de ler vidas e relações sociais através desta polifonia habitada por diversas vozes que falam de suas vidas cotidianas, de sua classe e posição de classe, de suas relações mútuas, das hierarquias que as submetem, de suas práticas culturais, de seu imaginário.

A utilização do conceito de 'polifonia' para compreender a superposição de distintas vozes em uma fonte histórica é um bom exemplo, enfim, de que os historiadores e músicos já começaram a estender entre seus campos de práticas e estudo pontes interdisciplinares relativas à Teoria, ao Método e ao Discurso. A percepção polifônica, definitivamente, adentrou a metodologia histórica e os seus modos de expressão. Os historiadores, certamente, tiveram e ainda terão muito a aprender com os músicos<sup>14</sup>.

Com relação à Literatura, por tudo que já dissemos na sessão em que falamos sobre a proposta de uma escrita mais rica criativa, são já bem evidentes os benefícios a serem trazidos por esta nova interdisciplinaridade – agora se colocando a Literatura não mais como objeto ou fonte para os estudos de História, mas como campo de recursos que pode ajudar a trazer novas possibilidades para pensar e expressar a própria História. Encerro essa reflexão sobre as Interdisciplinaridades artísticas – amparada nos exemplos do Cinema, da Música e da Literatura – registrando o aspecto que é partilhado pelas três: a necessidade de ultrapassar o uso historiográfico destes três campos apenas como objeto histórico e fonte, com vistas a diálogos interdisciplinares que os considerem como campos que podem trazer aos historiadores novos modos de pensar a história, novos conceitos a serem utilizados, novos modos de expressão a serem trabalhados, novos métodos de pesquisa e escrita. Aos três campos sobre os quais discorri, de maneira exemplificativa, poderiam se juntar outros como a Pintura e a Fotografia.

Avizinha-se ainda, como já foi dito, o diálogo interdisciplinar com as recentes pesquisas científicas sobre o genoma, que já permitem tomar como fonte histórica este

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Podemos pensar ainda na incorporação historiográfica de outro conceito originário da teoria musical: o de 'Acorde'. Na Música, um acorde é um som formado por outros sons. De um modo mais geral, todavia, os acordes podem ser compreendidos como conjuntos de elementos que interagem harmonicamente de modo a produzir totalidades nas quais são simultaneamente perceptíveis o todo, suas partes, e todas as interações possíveis entre os seus diversos elementos. O acorde é uma totalidade integrada, na qual tudo e cada aspecto pode se dar a perceber, conforme a escuta ou forma de percepção que a ele devotemos. Concebida desta maneira, a ideia de acorde pode ser aplicada a múltiplos aspectos, e não foi à toa que terminou por ser reapropriada por áreas tão variadas como a arte dos perfumistas, a pintura, a culinária, a enologia, entre outras tantas. Entre possibilidades de aplicação do conceito de 'acorde' na História e nas ciências humanas, destaco o âmbito das identidades (acordes identitários), os conceitos (acordes conceituais) e a visualidade do espaço (poliacordes geográficos). Sobre estes três usos do conceito de acorde nas ciências humanas, ver BARROS, 2012, p. 9-55; BARROS, 2016, p. 83-93; e BARROS, 2017, p. 108-126.

corpo humano que contém outros corpos já desaparecidos, mas que nele sobrevivem através de heranças genéticas, de permanências e mutações. Além disto, certas tarefas para as quais têm sido convidados os historiadores, tais como a participação nas chamadas Comissões de Verdade, levam diretamente à recorrência de novos diálogos (mais transdisciplinares que interdisciplinares) amparados na formação de equipes que incluem campos como o das Ciências Jurídicas e o da Perícia Criminal<sup>15</sup>. As novas interdisciplinaridades, por fim, também devem contemplar as Ciências da Comunicação, os novos meios midiáticos e os recursos trazidos pela Informática e pela revolução digital que é tão característica deste novo século. Mas discutiremos este último aspecto em uma nova proposição, a seguir.

#### Variedade

A historiografia dos novos tempos tende a se tornar cada vez mais variada e abrangente. Nesta proposição, vou discorrer sobre o primeiro aspecto. Falar em 'variedade' para a Historiografia dos novos tempos remete a muitos caminhos e possibilidades de reflexão. Há certamente a variedade de expectativas-leitoras e demandas sociais, bem como de pontos de vista autorais que precisamos considerar em uma sociedade que se deseja cada vez mais democrática. Há a variedade nos novos modos possíveis de se apresentar a História, com relação aos próprios suportes e recursos que se disponibilizam para o texto historiográfico. Há a variedade de modos de escrita, de estilos e de experimentos literários que podem ser mobilizados para se tratar de aspectos como o tempo, a diversidade social, o fluxo narrativo, entre outros. Sobre estes últimos aspectos, já discorremos em uma das proposições anteriores (a criatividade na escrita), e por isso não retomarei o tema. Sobre a variedade autoral, deslocaremos a questão para o item que se segue a este, no qual falaremos sobre a Abrangência.

\_

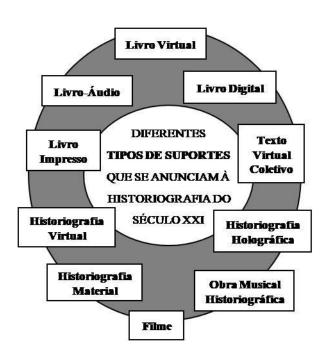
<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Os historiadores têm sido chamados a preencher a função de expertise histórica em muitos sentidos. No Brasil e outros países cuja democracia emergiu de regimes totalitários ou ditatoriais nos quais as autoridades e instituições repressoras praticaram abusos com relação aos direitos humanos ou, mais grave, práticas como a tortura, instalou-se a prática das Comissões da Verdade com vistas a apurar crimes e responsabilidades políticas. Nestas equipes transdisciplinares, o lugar do *expert* historiador tem recebido um destaque. Alguns julgamentos também têm requerido o papel da expertise historiográfica, vários deles relacionados aos chamados "crimes contra a humanidade", que são considerados imprescritíveis, e até hoje têm levado ao banco dos réus líderes nazistas. Bem distinto, mas também requerendo a presença de historiadores no ambiente dos tribunais, foi o famoso processo contra difamação movido pelo historiador negacionista David Irving contra a historiadora Deborah Lipstadt, requerendo a presença de expertise histórica em ambos os lados. O caso foi transformado em livro, e depois no filme *Negação* (2016).

Quanto à variedade de modos de apresentar a História, com relação aos diferentes tipos de suporte que estão se tornando cada vez mais disponíveis aos historiadores, será este o assunto que desenvolveremos agora, o que também remete a um ponto de contato com a questão da apropriação historiográfica das novas tecnologias que se tornaram possíveis após a revolução digital. Por isso, inclusive, havíamos adiado também para agora a discussão sobre as novas interdisciplinaridades relacionadas à Informática e Comunicação. Todos estes caminhos se encontram agora, no tema que desenvolveremos a seguir. Abordar a variedade de suportes possíveis para a História é, incontornavelmente, falar da tecnologia da qual esta precisará se apropriar na modernidade. De fato, uma reflexão que vise situar algumas propostas para a historiografia do novo milênio não pode deixar de considerar um dos aspectos mais característicos do novo século: a revolução digital com o qual o mesmo praticamente se abriu, se estendermos nossos limites para a década de 1990. Embora os avanços informacionais e mesmo a internet já tivessem principiado em décadas anteriores, é em meados dos nos anos 1990 que os seus efeitos se estendem para todas as faixas da população e passam a transformar radicalmente os modos de vida e o perfil da sociedade como um todo, introduzindo novas possibilidades culturais e comunicativas que permitem que falemos de nosso tempo presente como o início de uma era digital. Uma revolução, de fato, deve ser entendida como algo que afeta extensamente uma população, sendo que neste caso trata-se de grandes faixas da população do planeta inteiro. Vivemos uma revolução digital, conforme esta perspectiva. Mas a questão que se coloca agora, para esta nova proposição, refere-se ao que os historiadores poderão fazer com esta revolução, no sentido de ampliar, enriquecer e modificar os seus modos de fazer História.

Começo por evocar um aspecto que já mencionei na proposição sobre as novas interdisciplinaridades, a respeito desta nova relação entre a História e o mundo digital, mas também com outras mídias. Como vimos antes, a ideia de que a História é também uma Arte ou uma Escrita, e de que o historiador precisa preocupar-se com os modos de apresentação do seu trabalho, leva-nos a um primeiro conjunto de reflexões. O rápido desenvolvimento da tecnologia nas décadas que prenunciam e introduzem a revolução digital, e também para a expansão da historiografia na crescente apropriação de temas relacionados a outras linguagens como o cinema, a música, as artes visuais, sinalizam de fato a possibilidade de nos perguntarmos se não seria interessante refletir sobre as potencialidades da História relativamente aos tipos de suporte que estariam à disposição

dos historiadores no futuro. Por um lado, é possível nos perguntarmos se a História deverá estar sempre e inevitavelmente atrelada ao modelo de apresentação em forma escrita — e particularmente no tradicional formato de livro impresso — ou se, ao contrário, poderão os historiadores se utilizar de outras linguagens para apresentar o seu trabalho. Poderá o historiador das próximas décadas se valer, como recurso expressivo ou suporte, do Cinema, da Fotografia, dos meios Midiáticos, ou mesmo da própria Música?

Já com relação ao modelo de 'livro escrito' – mas já não mais necessariamente no formato impresso – que novas possibilidades são anunciadas pelos recursos informacionais e computacionais? É preciso reconhecer que há algumas modalidades de textos virtuais que já são uma realidade muito presente e imediata, tais como os livros virtuais que assumem a forma de *download* de livros comuns, ou como aqueles já construídos como um gênero virtual em si mesmo, aberto à interatividade do usuário. Ficam para um futuro não muito distante outras propostas, tal como a de uma 'historiografia holográfica' que se mostrasse bem-sucedida em levar o interlocutor da obra historiográfica a interagir dentro de um ambiente histórico virtual, cuidadosamente pesquisado e preparado por historiadores. O esquema abaixo reúne alguns novos suportes que talvez sejam vistos na historiografia do novo milênio.



Com base nestas expectativas, e outras que poderiam ser pensadas, quero refletir a seguir em torno da possibilidade de surgimento ou fortalecimento de novas

modalidades historiográficas que seriam definidas por variados tipos de suporte e novas possibilidades expressivas. Três caminhos importantes, para além da já tradicional História Escrita – aquele modelo tão conhecido e onipresente da História que é elaborada no suporte do texto impresso – seriam a História Visual (a história construída através do discurso imagético, seja a partir da animação, da pintura ou da fotografia), a História Material (que corresponde a uma narrativa que lide com a exposição de objetos materiais, evocando-se aqui novas interdisciplinaridades com a arqueologia e com a museologia), e uma História Virtual, que corresponde à já mencionada possibilidade de a História se valer de todos os avanços proporcionados pela nova era digital. Antes de abordar este aspecto, no qual vou me concentrar um pouco mais adiante, quero apenas dizer algumas palavras sobre as possíveis modalidades da História Visual e da História Material.

Quando me refiro a uma História Visual, não estou pensando em uma História da Visualidade – a qual se dedique a trabalhar com fontes históricas ligadas à visualidade, ou mesmo com fontes de outros tipos que, não obstante, permitam apreender a instância visual de uma sociedade. Tampouco me refiro à utilização e tratamento de fontes imagéticas para investigação de problemas historiográficos diversos. Estes campos de possibilidades já têm sido bem percorridos pelos historiadores desde as últimas décadas do século passado, na mesma em medida em que, tal como mencionamos no início desta palestra, foram duas tarefas importantes da historiografia do século XX realizar uma extraordinária expansão dos tipos de fontes históricas e uma multiplicação sem limites de objetos de estudo que interessam aos historiadores. Deste modo, uma História da Visualidade definida nestes termos não seria mais uma novidade, ainda que muitos caminhos ainda precisem ser percorridos pelos historiadores para ultrapassar um estágio ainda relativamente rudimentar, seja de utilização de fontes históricas visuais, seja de apreensão da instância visual de uma sociedade em todas as suas implicações. A História das Imagens, e a História com Imagens, enfim, são já conquistas historiográficas do século anterior<sup>16</sup>.

Neste momento, vou me referir mesmo a uma 'História Visual', ou Áudio-Visual, que incorpore a visualidade e possivelmente inclua a sonorização e a Música como suportes, como meios principais para a transmissão dos resultados de uma

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Michel Vovelle, em seu livro *Imagens e Imaginários da História*, chama atenção para esta distinção entre fazer uma "História das Imagens" e uma "Histórica *com* as Imagens" (VOVELLE, 1997).

pesquisa histórica e como recursos para a produção do próprio discurso do historiador<sup>17</sup>. O visual, que já vem frequentando a palheta dos historiadores como objeto de estudo e como fonte histórica, poderia passar a ser incorporado também como meio de expressão e suporte, como recurso através do qual se produz o próprio discurso historiográfico. Com esta finalidade, o discurso historiográfico visual estaria situado no mesmo plano que o discurso escrito que tem sido o meio dominante há séculos de escrita historiográfica. Uma História Visual, deste modo, seria uma das alternativas que poderia se contrapor ao grafocentrismo que tem caracterizado quase todos os saberes e não apenas a historiografia – a qual, diga-se de passagem, traz em seu próprio nome o indício do padrão logocêntrico e grafocêntrico que recobre o universo de saberes que alcançaram um *status* acadêmico. A 'palavra escrita' e o 'número' praticamente têm monopolizado o universo expressivo dos diversos saberes acadêmicos. Não haveria possibilidade de trazer para uma ciência como a História outras formas de conduzir o discurso, tais como a Imagem, o Som, a Materialidade?

Certamente que, para almejar a possibilidade de explorar uma História Visual – assim como outras possibilidades que mencionarei – seriam necessários os já mencionados enriquecimentos no currículo das disciplinas que devem fazer parte das graduações de História, pois, desta forma, o historiador em formação poderia pensar em adquirir conhecimentos mais sólidos de fotografia, programação visual, cinema, ou mesmo música, para o caso mais específico da incorporação da sonoridade. De todo modo, aprende-se uma linguagem não apenas nos bancos da universidade, mas trabalhando com ela. Uma vez que os historiadores já se têm familiarizado cada vez mais com fontes ligadas a outros suportes que não o textual, não será possível a eles

-

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Estamos utilizando aqui uma definição distinta, para "História Visual", daquela que é encaminhada por Ulpiano Bezerra de Meneses em seu artigo sobre o tema: "A solução está em definir a unidade, a plataforma de articulação, o eixo de desenvolvimento numa problemática histórica proposta pela pesquisa e não na tipologia documental de que ela se alimentará. As séries iconográficas (porque é com séries que se deve procurar trabalhar, ainda que se possam ter imagens singulares que funcionem como pontos de condensação de séries ideais) não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade. Dito com outras palavras, estudar exclusiva ou preponderantemente fontes visuais corre sempre o risco de alimentar uma "História Iconográfica", de fôlego curto e de interesse antes de mais nada documental. Não são, pois, documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade. Por isso, não há como dispensar aqui, também, a formulação de problemas históricos, para serem encaminhados e resolvidos por intermédio de fontes visuais, associadas a quaisquer outras fontes pertinentes. Assim, a expressão "História Visual" só teria algum sentido se se tratasse não de uma História produzida a partir de documentos visuais (exclusiva ou predominantemente), mas de qualquer tipo de documento e objetivando examinar a dimensão visual da sociedade. "Visual" se refere, nessas condições, à sociedade e não às fontes para seu conhecimento — embora seja óbvio que aí se impõe a necessidade de incluir e mesmo eventualmente privilegiar fontes de caráter visual. Mas são os problemas visuais que terão de justificar o adjetivo aposto a "História"" (MENESES, 2003, p. 11-36).

mesmos, na produção de seus próprios textos, incorporarem esta linguagem que a eles vai se tornando cada vez mais familiar através da Pesquisa e de suas análises historiográficas? Estudar imagens – e estudar através de imagens – é um passo para a possibilidade de se comunicar através de imagens.

Já discutimos atrás o caso do Cinema. Se historiador vinha se valendo deste como objeto e fonte histórica, vimos também que poderia se beneficiar da linguagem e de conceitos das realizações fílmicas para renovar seus padrões narrativos e modos de tratar o tempo. Quero acrescentar agora que, para completar a relação Cinema-História, será preciso que os historiadores também se apropriem do Cinema como um "meio" ou como um novo tipo de suporte para apresentação de seu trabalho, suas análises e seus resultados de pesquisa. É evidente, por um lado, que os cineastas já se apropriaram com grande eficiência da História, e já contam nas suas equipes técnicas com historiadores quando estão empenhados em produzir filmes históricos, ou mesmo filmes de ficção que se projetem de alguma maneira no passado real ou imaginário trazido pelos enredos de diversos tipos. Mas não estariam abertos, neste novo milênio, os caminhos que convidam não apenas a que os cineastas se apropriem da História, como também a que os historiadores se apropriem do Cinema? Não poderiam os historiadores tomar a si o caráter diretivo de grandes trabalhos historiográficos que tragam como suporte o Cinema, e, nesta perspectiva, não seria o caso de trazer o cineasta para a equipe técnica do historiador, e não o contrário? Que tal pensarmos, ainda, em futuras teses de história que poderiam ser defendidas não mais em formato-livro, mas em formato-filme?

O mesmo pode ser pensado com relação a outros recursos de visualidade, tais como a Fotografia. Imagino, por exemplo, neste mundo no qual o meio ambiente sofre aceleradas transformações, a interconexão possível entre uma História Visual produzida pelas fotografias e uma História Ambiental preocupada com os desenvolvimentos dos ambientes com dentro dos quais se dá a vida humana, ou com os quais esta interage. Não deveria o historiador – trabalhando também em um registro para a produção da Memória – comandar a produção sistemática de fotografias do meio ambiente, já escrevendo através destes registros da visualidade a sua própria leitura histórica do meio ambiente nas suas mudanças através do tempo, mas também disponibilizando fontes visuais importantes para gerações futuras de historiadores? Todas essas possibilidades são promissoras. É possível também pensar em uma História dos Sons, e uma História

através do Som, sem mencionar possibilidades que ficam a depender da confluência dos talentos historiográfico e musical, como a de uma 'obra musical-historiográfica' <sup>18</sup>.

Empresa igualmente instigante, já relacionada a um possível campo que poderia ser denominado História Material, corresponderia ao tipo de História que o historiador, mais frequentemente do que já ocorre, poderia elaborar em parceria com museólogos — organizando exposições fixas ou temporárias que materializassem a discursividade histórica através da cultura material. Ao invés de uma narrativa escrita ou de uma análise textual, também a visualidade e a materialidade poderiam vir a se tornar elementos-chave ou mesmo condutores para o discurso crítico e analítico do historiador. De igual maneira, a parceria com arquitetos poderia confluir para a produção historiográfica de maquetes de cidades projetadas para representar formações urbanas relativas a certos períodos do passado, ou mesmo — para retomar a conexão com a história ambiental e ecológica — poderia se pensar também no registro material de ambientes não-urbanos. Tudo isto, de todo modo, pressupõe novas competências curriculares e novas ofertas intradisciplinares aos historiadores em formação, que são os nossos alunos de graduação em História.

Vejamos, a partir daqui, a questão do adentramento da História no ambiente de recursos digitais. É já um truísmo dizer que todos os campos de conhecimento e expressão foram revolucionados pelo surgimento da Internet como meio de comunicação e de produção ou divulgação de textos, afora o estabelecimento do computador como poderosa ferramenta capaz de acelerar e integrar operações de pesquisa, quantificação e outras. Também para a História, a Internet e os recursos computacionais mostraram-se tão impactantes e prenhes de novas possibilidades, que se chegou mesmo a dizer que "o historiador do futuro seria programador, ou não seria mais historiador" 19. Talvez cada um dos historiadores deste próximo milênio não precise

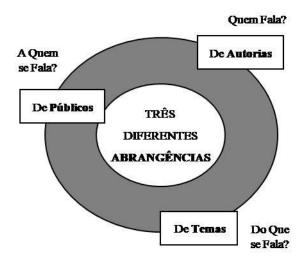
<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> A obra musical-historiográfica exigiria a ação intelectual do historiador-músico, ou do músico-historiador, ou então a confluência destas duas ordens de sujeitos — historiadores e músicos — em uma parceria plena e complexa. Não seria (não necessariamente) uma obra narrativa sobre acontecimentos históricos que viesse acompanhada por música. Deveria ser, para estar sintonizada com a historiografia de nossa época, uma obra analítica sobre algum problema histórico, que contasse com a interação de ambientes sonoros-musicais que ressoassem ao mesmo tempo que a(s) voz(es) do narrador historiográfico. Não seria, obviamente, uma ópera ou poema sinfônico com temática ou fundo histórico, pois estes gêneros já existem na arte musical e nada têm a ver com a presente proposta. A obra musical-historiográfica deveria ser um gênero historiográfico novo, que se vale do recurso da música.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> A frase aparece no *Território do Historiador*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (1973, p. 74), em uma época em que a Internet e a disponibilização de micro-computadores para usuários comuns ainda não constituíam a realidade inconteste de hoje. Mas já naqueles anos 1970 estavam disponíveis e eram evidentes os recursos de utilização do Computador como meio para armazenar dados, quantificá-los, criar tabelas e bases de dados, serializar informações, empreender cálculos e trabalhar com correlações.

necessariamente se tornar um programador, como pensava Le Roy Ladurie, mas já se observou com acerto que, pelo menos na situação ideal, cada historiador não se poderá furtar à tarefa de se converter pelo menos em "usuário avançado" dos recursos computacionais e da rede mundial de computadores. Para o que nos interessa nesta palestra, entendo aqui que também haveria um conjunto muito rico de alternativas para o desenvolvimento e fortalecimento de uma modalidade de História Virtual que poderia ser definida pelo seu recurso mais direto à informática e aos meios virtuais, não apenas como ferramenta auxiliar, mas também como ambiente e meio para a própria escritura da História. Estava imaginando, para dar um exemplo, uma possibilidade que poderia ser tomada a cargo por historiadores. Trata-se de um projeto que poderia se encaixar dentro de uma espécie de História Virtual Multi-Autoral. Esta será uma proposta que discutiremos na segunda parte do próximo item.

## Abrangência

Falar em uma historiografia que seja cada vez mais abrangente – entenda-se: mais representativa ou mais *inclusiva* em relação a todas as possibilidades que possam interessar à sociedade – implica pelo menos três patamares de reflexão. Afinal, quando se quer saber algo sobre a abrangência de um campo de saber, podemos situar essa abrangência diante das seguintes questões fundamentais: (1) "Do que se fala"? (2) "Quem Fala"? (3) A quem se fala"? Estas três perguntas dirigem-se à compreensão, respectivamente, de três fatores que, de um modo ou de outro, estão sempre em permanente interação. São eles a 'abrangência de temas' (aquilo que o campo de saber estuda ou o seu universo de práticas); a 'abrangência de autores' (aqueles que se expressam através do campo, ou mesmo os que se acham diretamente representados pelos autores propriamente ditos); e, por fim, a 'abrangência de públicos' (aqueles a quem a mensagem é dirigida, ou que consumirão o conhecimento produzido pelo campo).



A História – tal como as demais ciências humanas – constitui um saber que é produzido por seres humanos para ser consumido por seres humanos, e que, entre estes dois polos em interação, fala diretamente de seres humanos. O ser humano, dessa forma, apresenta-se por inteiro nos três momentos-chave deste processo circular que conforma a produção do conhecimento histórico ("quem fala", "de que se fala", "para quem se fala"), oferecendo aos indivíduos em sociedade lugares privilegiados como autores-produtores de um discurso, leitores-consumidores do saber assim produzido, e temas humanos a serem analisados. Por isso, o fator 'abrangência', sobre o qual neste momento discorreremos, pode se aplicar simultaneamente aos autores, leitores e temas do saber histórico.

Na historiografia, conquistar uma maior 'abrangência de temas' foi uma tarefa dos historiadores do século XX. Comentei essa demanda, mais atrás, como uma 'expansão de temas', e mostrei que ela pode ser sintetizada através de um aforismo que se tornou bastante célebre: "Tudo é História". A expansão de temas de estudo entre os historiadores do século XX, além disso, veio acompanhada de duas outras expansões: a 'expansão dos tipos de fontes históricas' e a 'multiplicação de campos históricos', a qual fez da história política do século anterior apenas um dos muitos campos históricos que podiam ser mobilizados por historiadores que passaram também a visar a história econômica, história cultural, história demográfica, história das mentalidades e inúmeras outras modalidades historiográficas que encontraram seu lugar no universo de identidades com as quais se identificavam. Com tudo isso, podemos sustentar que a 'abrangência de temas' foi de fato uma conquista do século anterior ao nosso. Naquele momento, a história de fato se expandiu através de uma multiplicidade de campos

históricos, no interior dos quais, ou na conexão entre os quais, todos os temas – ou quase todos os temas – se tornaram possíveis, ao menos em tese. A abrangência de temas, na historiografia, corresponde a um movimento de inclusão em relação aos assuntos sobre os quais podemos falar.

A indagação "a quem se fala", por outro lado, refere-se à 'abrangência de públicos' Já postulei, na proposição sobre a demanda de uma maior criatividade na escrita da História, que os historiadores precisam alcançar uma grande diversidade de públicos-leitores. Para isto, como disse, é preciso se preocupar em variar os modos de escrita. Abrangência e Variedade são aspectos que interagem um sobre o outro. Um desafio dos nossos tempos é de fato tornar a escrita mais interessante para estes diversos públicos. Uma vez que já abordamos esta questão, quero passar ao terceiro patamar relacionado ao movimento de abrangência historiográfica, o qual corresponde à terceira pergunta inclusiva ("quem fala").

A comunidade historiadora, hoje, já congrega historiadores com diversas características identitárias e pessoais. As mulheres historiadoras conquistaram uma destacada posição no lugar de produção da História já no século passado, e hoje já temos também historiadores com características identitárias diversificadas. Os movimentos de educação para o campo e similares, por exemplo, já formam historiadores indígenas e representantes historiográficos dos camponeses sem-terra ou dos movimentos sem-teto. Isso é um primeiro movimento da abrangência autoral. Por outro lado, para além do fato de a figura do historiador se diversificar ao nível pessoal, existe a questão de se motivar uma produção de Histórias que representem grupos sociais ou identidades específicas. Essa é também uma das questões de nosso tempo. Apresenta-se aqui a possibilidade de confluência – não obrigatória, certamente – entre um historiador modalizado por certa característica identitária e um tema de estudo com esta condizente. No âmbito mais amplo de uma grande sub-área que poderíamos denominar História das Identidades, temos a historiadora que, como mulher, elabora a sua contribuição para o campo da História das Mulheres ou para a discussão sobre História de Gênero. Ou temos o historiador negro que, como negro, escreve sobre a diáspora africana, ou ainda o historiador indígena que escreve uma História dos Povos Indígenas, ou uma história do seu povo indígena mais específico. Se esta confluência encontra ainda um leitor que com ela se identifica, fecha-se um circuito no qual o leitor se vê tão representado pelo seu autor que praticamente se junta ele no 'lugar de produção' da obra historiográfica, à qual se vê integrado como se participasse do próprio lugar de fala<sup>20</sup>.

Abordar a 'Abrangência Autoral', em cada um destes sentidos, é reconhecer que a História é (ou pode ser) enunciada por muitas vozes. Vivemos em um mundo desigual e diferenciado, onde grupos sociais diversos lutam cada quais pelos seus interesses, em muitos casos combatendo as desigualdades que os afetam. Além disso, neste mundo as distintas identidades lutam pelo seu direito de se afirmarem como diferenças. Em um mundo desigual e diferenciado como este, a necessidade de dar voz a todos os que precisam ser ouvidos e que têm algo a dizer, ou de abrir espaços para que sejam expressos os inúmeros pontos de vista possíveis, leva a historiografia a se abrir para a ressonância de muitas vozes. Em uma palavra, a História se encaminha, aqui, para se tornar "polifônica". Perceber a possibilidade de uma escrita polifônica da história é trabalhar com a ideia de sua emissão simultânea por diversas vozes. A História torna-se tanto mais inclusiva, quanto mais abriga ou abrange dentro de si um número cada vez maior de vozes.

Apresentei, mais atrás, o conceito de *polifonia* – uma palavra que expressa, na Música, a possibilidade de encaminhar vozes distintas que interagem no interior de uma composição musical na qual cada voz tem a sua importância e protagonismo, interrelacionando-se todas elas de forma harmônica, seja para produzir tensões ou apaziguamentos que devem ser trabalhados esteticamente pelo compositor. Na História, escrever uma história a muitas vozes – ou seja, uma "história polifônica" – permite trazer a esta História uma maior "abrangência", palavra-chave da presente proposição.

Há pelo menos duas maneiras de considerar que a História precisa ser abrangente em termos das demandas sociais a que atendem e da diversidade de pontos

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> É importante ressaltar que os seres humanos que se identificam ou que se acham representados pelo 'lugar de produção' de um texto historiográfico – ou seja, aqueles que consideram que, de uma certa maneira, o autor "fala por eles" ou os representa – não coincidem necessariamente com todos os leitores que se comprazem em ler a obra historiográfica. Como brasileiro, posso ler um texto historiográfico sobre a História da França (tema) que tenha sido escrito por um historiador francês contemporâneo ou do século retrasado (seu 'lugar de produção'). O livro pode me soar particularmente francês, o que não me impede de apreciá-lo, inclusive como brasileiro. Pode ser que o autor deste livro, além de francês, seja um militante negro ou uma feminista, e que em suas análises evoque questões étnicas ou posicionamentos de gênero que atrairão a identificação de ativistas análogos de outros países, inclusive o Brasil. O 'lugar de produção' de um texto envolve associações e adesões complexas, o mesmo se dando com a recepção representada pelo polo leitor (embora certos leitores do citado livro de história não se identifiquem como negros, podem ser perfeitamente solidários em relação à resistência negra contra opressões racistas, viabilizada pelo autor do discurso historiográfico). Por fim, sendo a História uma ciência que discute seres humanos em sociedade – e não pedras, aranhas ou corpos celestes – há sempre que considerar os diferentes elementos humanos que são envolvidos na análise que o autor oferece aos seus leitores.

de vista que ela pode expressar. Por um lado, ao sustentar que "a História é Polifônica", podemos reconhecer que cada voz social tem o direito de contar a sua história, isto é, de expor em linguagem historiográfica o seu ponto de vista. Haveria uma História a ser narrada por cada grupo social, por cada minoria, por cada gênero, por cada identidade que precisa se afirmar social ou culturalmente. Multiplicar as vozes historiadoras é uma tarefa para as novas gerações que buscam uma historiografia inclusiva, e por isso é importante atrair para os cursos de graduação em História uma variedade grande de sujeitos sociais. No conjunto de trabalhos produzidos em um mundo ideal no qual todos tivessem a sua voz historiográfica, chegaríamos a uma razoável "polifonia de Histórias". Nos termos de nossa presente proposição, seria possível alcançar uma desejada abrangência autoral através da montagem e congregação de diversas narrativas e análises - as quais, no fim das contas, terminariam por dialogar entre si de uma maneira ou de outra, como deve ocorrer com toda autêntica polifonia. Entrementes, existe ainda outra possibilidade de pensar uma História Polifônica. Seria possível, a um mesmo historiador, ao escrever um mesmo texto, ter sucesso em expor a história sob diversos pontos de vista? Pergunta-se, portanto, se podemos entrever alternativas para além da mera soma de fragmentos que apenas realiza a possibilidade polifônica ao nível do conjunto da comunidade de historiadores. Seria o caso de indagar: pode a polifonia explícita ser trazida, através de recursos da escrita, para o interior de uma mesma obra historiográfica, produzida por um só historiador, por exemplo?

Enfrentar os limites tradicionais da narrativa, como já indiquei anteriormente, tem sido um dos desafios que se colocam para os historiadores nos dias de hoje. Para a questão que nos interessa, devemos lembrar que, habitualmente, o modelo de narração que tem sido abraçado pelos historiadores é o do ponto de vista unidirecional. Estejamos diante de uma "história narrativa" no sentido tradicional, de uma histórica analítica, ou de uma história que lide com dados e quantificações, o que se vê no modelo mais praticado pelos historiadores, até hoje, é aquele em que a voz do historiador – única e unidirecional – ergue-se acima de todos os personagens da trama impondo-lhe um único direcionamento e, frequentemente, uma perspectiva que submete todas as outras. Já se argumentou que esta – a escrita unidirecional – constituiu o grande modelo narrativo do romance do século XIX, embora os literatos do século XX o tenham superado de muitas maneiras<sup>21</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> A observação é de Peter Burke, em "A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa" (1992. p.327-348). Os exemplos na Literatura contemporânea seriam inúmeros. Já desde 1906, com o

A experimentação voltada para a apreensão polifônica do mundo histórico apresenta-se como uma das muitas tarefas da historiografia do novo milênio. Não basta ao historiador reconhecer no mundo histórico os seus diversos personagens, portadores de posições ideológicas independentes, se, ao final da construção narrativa do historiador, estes personagens terminam por produzir, no seu conjunto de interações contraditórias, apenas uma única ideologia dominante. É preciso explorar alternativas para além deste padrão narrativo mais habitual no qual os historiadores, ainda que acostumados a administrar nos seus textos as diversas vozes sociais, nem sempre se empenham em transcender um modelo de escrita monódica no qual, no fim das contas, apenas uma única voz faz-se ouvir. Para que possa se realizar, a escrita polifônica precisa ser, por um lado, desejada (já que nem todos estão dispostos a abrir mão de um pensamento único). Por outro lado, o escrever polifônico também precisa ser aprendido. Podemos nos perguntar, mais uma vez, se a formação básica do historiador tem lhe proporcionado este aprendizado.

O segundo aspecto relacionado à Abrangência como virtude historiográfica a ser explorada, nestas próximas décadas do novo milênio, refere-se à possibilidade de ultrapassar o modelo do texto historiográfico autoral-individual, que, depois de produzido por um autor único, imobiliza-se nas páginas fixas de um livro. Neste ponto, quero evocar a confluência do atributo da 'abrangência' com a oportunidade que é oferecida nos novos tempos pela instalação de uma sociedade digital. A interdisciplinaridade da História com os mais modernos recursos informáticos, virtuais e computacionais – no contexto da rede mundial de computadores – não seria capaz de abrir uma possibilidade alternativa que fosse além da quase exclusividade do habitual modelo de obra historiográfica com autoria individual, e em forma fixa no suporte-livro?

Conhecemos, nos dias de hoje, a chamada *Wikipédia* – que basicamente é um conjunto de textos construídos a muitas mãos (ou muitas teclas), sem autoria e submetidos a permanentes alterações que podem ser implementadas por qualquer participante da rede mundial de computadores. No que tange ao conhecimento histórico,

Ulysses de James Joyce (1882-1941), temos um exemplo impactante da literatura experimental, com um vasto romance que se passa em um único dia e no qual o autor trabalha com os fluxos de consciências dos personagens e com o confronto de vários gêneros e estilos interagindo formalmente na mesma obra, sem mencionar a instigante intertextualidade com o Ulisses homérico. Para o caso da literatura de língua portuguesa, basta lembrar os livros de José Saramago. Não haveria limites para os exemplos que poderíamos dar, mas um grande marco para a escrita polifônica no gênero romance pode ser identificado com os livros de Dostoiévski (1821-1881).

a Wikipédia apresenta, eventualmente, textos bem fundamentados, mas também um número ainda maior de textos que não têm utilidade historiográfica porque nem sempre foram produzidos por historiadores profissionais ou confiáveis, e tampouco dentro dos critérios aceitos pela historiográfica científica. Minha ideia é que poderia ser construída uma Enciclopédia Historiográfica Virtual a que só tivessem acesso, como autores, os historiadores que comprovassem sua formação ou conhecimento historiográfico. Inseridos no sistema e animados pelo espírito de uma cultura colaborativa, uma multidão de historiadores poderia trabalhar a elaboração espontânea de grandes textos virtuais, multi-autorais, sobre os diversos temas pertinentes à historiografia dos vários períodos. Todos os textos desta Cliopédia Virtual Multi-Autoral – à qual teriam acesso todos os frequentadores da Internet – seriam certamente confiáveis e legítimos em face de suas condições de produção estritamente historiográficas, e poderiam ser checados regularmente por equipes específicas de historiadores para verificar a precisão de suas informações e a validade de suas análises.

Apresento esta ideia como uma sugestão para os que puderem realizá-la. Em caso de sua viabilização, estaríamos diante das possibilidades de criação de um projeto que abriria caminho no interior de uma nova modalidade historiográfica, a qual estaria relacionada com a História Virtual, e que, através da sua realização, estaria questionando a obrigatoriedade da fixidez textual e da autoria única como aspectos necessários da escrita da História. Neste caso, a própria multivocalidade de uma escrita polifônica, à qual nos referíamos atrás, também poderia ser trazida, através dos recursos virtuais, para a questão da autoria historiográfica, e teríamos de fato um texto construído a muitas mãos e incluidor de inúmeras vozes, concretizando a possibilidade de uma verdadeira "polifonia historiográfica".

De fato, este empreendimento estaria permitindo algo novo no que se refere a duas das características que têm sido apresentadas pela História desde sempre, pelo menos o tipo de História que se escreveu no decorrer da história da civilização ocidental. A História, até os dias de hoje, parece ter mantido incólumes dois traços muito fortes de identidade: a "autoria declarada e única" (um autor singular e específico que escreve o texto) e a "fixidez textual" – ou seja, o fato de que aquilo que foi escrito em certo momento fica imobilizado para ser lido sempre da mesma maneira. Mas será necessário que sempre e em todos os momentos seja assim? A produção de um grande texto coletivo – sem autoria definida, mas escrito com seriedade pelos membros atuantes na comunidade historiadora – um texto capaz de se desdobrar através de uma

variedade de assuntos e de ser refeito através de reatualizações permanentes: esta é a proposta que gostaria de deixar como sugestão.

A linguagem virtual e digital possibilita ainda muitos outros recursos que podem tanto contribuir para a maior abrangência de autores, como para uma abrangência maior de leitores. Pode-se citar, ainda, o aproveitamento da estrutura de "chat" para a criação de textos dialógicos, que depois poderiam ser transformados em livros (livros tradicionais ou livros digitais). Os progressos em termos de simulação holográfica ou de projeção do usuário no interior de um ambiente virtual, à maneira das possibilidades que foram bem ilustradas pelo filme *Matrix* e tantos outros, pode também proporcionar um campo inesgotável de criação para os futuros historiadores. O ambiente interativo proporcionado pelo computador, enfim, certamente ainda reserva muitas surpresas para a Escrita da História, sem contar as possibilidades que já vão sendo bem exploradas a partir da utilização da informática e do computador como instrumentos auxiliares importantes para a feitura da História.

## Transferência de Criticidade

Chegamos ao último item destas propostas para a historiografia do novo milênio, o qual nos leva de volta ao primeiro item com que abrimos este conjunto de propostas: o da Responsabilidade Social. A proposta é que a nova historiografia favoreça mais a transferência de criticidade historiográfica para a sociedade. Os historiadores científicos, na sua trajetória de dois séculos, sofisticaram a sua capacidade de criticar as fontes. No mundo atual - onde as massas manipuladas pelas mídias parecem não ser movidas a desenvolver uma capacidade maior de criticar o que lhes é exposto diariamente através dos jornais, TV e Internet – a historiografia poderia exercer o importantíssimo papel de instrumentalizar o cidadão comum com uma maior e cada vez mais necessária capacidade crítica. Exemplifiquemos com os jornais. Os historiadores começaram a explorar mais frequentemente o potencial dos periódicos como fontes históricas nos anos 1980. Já abordavam muito os jornais como objeto de estudo, como tema a ser investigado, constituindo um campo histórico que podemos denominar História da Imprensa. Era pouco o uso dos jornais, entretanto, como fontes históricas, a não ser nos casos em que o objeto em estudo era a própria Imprensa. Há uma diferença em fazer de um tipo de texto o seu objeto de estudo ou a sua fonte histórica para temáticas diversas. O uso dos jornais como fontes históricas pressupõe a possibilidade de compreender, através dele, não apenas a História da Imprensa, mas uma multiplicidade de aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, materiais e imaginários. Pode-se estudar, através do 'jornal como fonte', uma série de problemas relacionados à história de gênero, vida cotidiana, expectativas humanas diante da morte e outros problemas típicos da história das mentalidades. Pode-se estudar, através da fonte periódica, o poder em todas as suas manifestações – dos macro-poderes políticos aos micro-poderes que enredam a vida privada.

Não obstante o uso apenas recente do jornal como fonte histórica, os textos escritos – de todas as épocas e de todos os gêneros – já vêm sendo utilizados há mais de dois séculos pelos historiadores modernos, aqui considerados aqueles que se inserem na historiografia científica desde o início do século XIX. A historiografia foi expandindo o seu universo de diferentes tipos possíveis de fontes históricas no decurso dos dois séculos que nos precederam. Principalmente o século XX agregou à documentação cronística, política e institucional – já muito utilizada pelos historiadores oitocentistas – novos tipos de fontes e documentos, desde a documentação corrente de cartórios e demais arquivos vivos, até processos criminais, diários, correspondências, criações literárias das várias épocas, discursos políticos e uma infinidade de tipos de textos que não poderiam ser enunciados aqui, sem contar outros tipos de fontes que são, principalmente, imagéticas, sonoras, materiais, e sem esquecer as fontes imateriais que costumam ser transmitidas através da oralidade, dos costumes, dos rituais e das tradições.

Uma parte significativa das fontes escritas utilizadas pelos historiadores é constituída pelo que podemos chamar de discursos – textos emitidos por um autor – individual, institucional ou coletivo – que encaminham determinadas mensagens visando certos setores de públicos receptores ou o atendimento a determinada finalidade no seio da sociedade em que se insere o texto. Uma carta pode ser dirigida a um único leitor; um diário pode ser dirigido a si mesmo; um jornal pode visar milhares ou milhões de leitores; um edito governamental pode visar a uma população inteira. Variando nos gêneros de discurso – e, portanto, nas suas especificidades e metodologias que podem ser a eles aplicadas – todos esses tipos de textos, e inúmeros outros, precisam ser analisados com criticidade – com a capacidade de entendê-los como discursos que representam interesses, posições sociais, visões de mundo, demandas culturais, ideologias, lances circunstanciais nos jogos de poder, ambições econômicas, esforços de

enquadramento da população em sociedades disciplinares, interesses de dominação e gestos de resistência a poderes rivais.

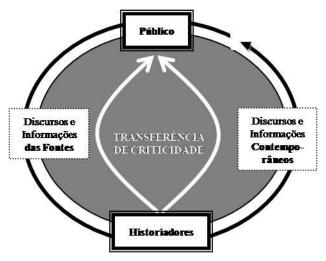
O que mais fizeram os historiadores ao longo de dois séculos de aprimoramento de sua ciência foi adquirir capacidades de analisar criticamente os textos. Voltando ao exemplo dos jornais, quando um historiador examina uma notícia, ele não a toma meramente como fonte de informações, mas sim como discurso a ser analisado, compreendido, problematizado. Fazemos isso ao ler um jornal do século XIX ou da primeira metade do século XX: identificamos o seu polo editor, o conjunto dos seus anunciantes, as suas diferentes faixas de leitores, a polifonia de textos que estão abrigados em um exemplar de um jornal diário. Ao analisar um texto jornalístico, avaliamos o seu vocabulário, bem como a escolha, nada neutra, de palavras. Deciframos o conjunto de interesses que o movem, indagamos sobre as pressões que o confrontam, identificamos as distorções e manipulações, avaliamos as informações seletivas que são oferecidas pelo texto, e os silêncios que gritam nas suas entrelinhas. Jamais examinamos um texto jornalístico em si mesmo: investigamos a sua intertextualidade, comparamos com outros, antecipamos os seus efeitos (que também foram antecipados pelos autores do texto jornalístico). Embora um jornal de determinada época possa trazer informações a um historiador, são principalmente os discursos que nele se entrelaçam que se tornam o principal objeto de análise. Abordar com capacidade crítica os discursos (e as informações que são disponibilizadas, e como são disponibilizadas) é a base da metodologia de análise de fontes da qual precisam se valer os historiadores. Tudo isso corresponde ao que poderíamos sintetizar em uma palavra-chave: 'criticidade'.

A criticidade é o produto mais refinado da História enquanto campo de saber. Dos historiadores mais ingênuos que aceitavam acriticamente as descrições depreciativas elaboradas pelos antigos senadores romanos sobre os Imperadores, seus rivais políticos imediatos, aos primeiros historicistas que situaram estas descrições nos seus contextos políticos, sociais e circunstanciais, há um primeiro salto relevante<sup>22</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> O exemplo mais notório é trazido por Suetônio (69-141d.C), historiador romano que traçou um perfil de cada um dos Imperadores, até a sua época, em sua obra *Vida dos Doze Césares* (121d.C). Outros exemplos de depreciação exagerada de imperadores romanos como Calígula, Tibério e Nero podem ainda ser encontrados nas obras de senadores-historiadores como Sêneca (4a.C-65d.C) e Cássio Dio (155d.C-229d.C). Este último escreveu uma *História de Roma* em oitenta volumes, muitos dos quais chegaram até nós e reforçam as cores depreciativas com que foram pintados diversos dos imperadores romanos. Algumas das descrições negativas elaboradas pelos antigos historiadores-senadores acerca dos imperadores romanos – e também as misturas de narrativas históricas e narrativas lendárias elaboradas por Tito Lívio – foram recolocadas em suas redes de interesses políticos pela *História de Roma* (1812)

Destes primórdios da crítica documental aos dias de hoje, nos quais os historiadores diversificaram extraordinariamente suas técnicas voltadas para a leitura e análise de textos, temos um potencial crítico-interpretativo que se desenvolveu extraordinariamente. Analisar os discursos presentes nas fontes, diga-se de passagem, requer a mesma capacidade crítica que deve ser conclamada para analisar os discursos contemporâneos. Por esta razão, quando alguém aprende a criticar fontes históricas de períodos anteriores, desenvolve concomitantemente a capacidade de criticar textos de sua própria época.



Tenho a convicção de que a transferência social desta capacidade crítica é o bem mais precioso que os historiadores podem legar à sociedade que os acolhe, e que ampara a sua existência através das universidades que os abrigam e dos interesses de diversos tipos de público pelos livros de história. Na última década, acirrou-se a manipulação das massas pelos meios midiáticos. No Brasil, nosso lugar de observação mais imediato, é impressionante perceber como inúmeras pessoas recebem acriticamente as informações e discursos que lhes chegam através dos jornais impressos, televisivos e virtuais. Aceitam passivamente as investidas que buscam apagar da memória democrática as conquistas sociais das duas décadas anteriores, das quais muitos se beneficiaram como trabalhadores e cidadãos. As notícias de TV são recebidas como fatos – não como discursos de uma emissora que busca agir no meio político em combinação com interesses políticos e econômicos diversos, nacionais e estrangeiros.

escrita pelo historiador oitocentista Berthold Georg Niebuhr (1776-1831). A partir daqui, muitas destas fontes passam a ser mais examinadas como discursos sobre os imperadores, a serem analisados e criticados, do que como documentos informativos em si mesmos.

Mesmo com relação aos processos seletivos promovidos por setores judiciais — que, combinados ao apoio de algumas instituições midiáticas, têm autorizado algumas análises historiográficas a conceituarem o atual regime de golpe continuado como uma "ditadura jurídico-midiática" — a ideia de prova tornou-se destituída de importância. É importante quando está no lugar certo para antecipar certos fins a que se quer chegar. Quando não está, impõe-se a aceitação acrítica das informações seletivas, e recorre-se a artifícios que somente são possíveis em um ambiente de desconhecimento público de elementos básicos que devem amparar os processos de investigação e a análise judicial. Um exemplo é a tentativa de repassar para a população a sugestão de que discurso proferido em delação premiada, isoladamente, é já o fato em si mesmo. Enquanto isto, nos jornais, substitui-se o jornalismo investigativo pelo jornalismo declaratório. O texto jornalístico transforma-se em um discurso que divulga, seletivamente, outros discursos, como peças ortogonais que se pode mover de um para outro lado sem análise e problematização.

Pode-se dizer que boa parte da manipulação de setores expressivos da população brasileira nos tempos recentes - incluindo a apropriação, pela direita conservadora, de sua capacidade de manifestar nas ruas e nas redes sociais - dá-se precisamente porque muitos cidadãos não sabem ler criticamente nem os jornais nem a documentação jurídica que fundamenta os processos judiciais. Também é flagrante a dificuldade dos mesmos cidadãos de compreender criticamente as informações relacionadas a índices econômicos divulgados de maneira enviesada, mesmo quando esses índices são falsificados em nítida contradição com as situações da vida real. Jornais, processos e relatórios governamentais constituem textos e documentos que se deve aprender a ler criticamente. Quando se empenham em compreender um período histórico que já se concluiu, os historiadores não têm outra receita que não a de se debruçarem criticamente sobre fontes históricas como os jornais, os processos judiciais, a documentação de censo, e inúmeras outras fontes às quais têm acesso. Se examinam uma crônica, não é para acreditar em tudo o que diz o biógrafo de um rei, mas sim para analisar criticamente o seu discurso, ao contrário do que fizeram muitos dos leitores da mesma época em que foi escrito este ou aquele texto que se ocupou de apresentar uma narrativa heroica como fato.

Os historiadores, ao longo de dois séculos de desenvolvimento de sua ciência, aprimoraram continuamente a habilidade de enxergar como "discursos" o que muitos enxergavam como fatos. Em um caminho inverso, o jornalismo declaratório da

atualidade, para retornar ao caso do Brasil recente, tem habituado a massa de leitores acríticos a enxergar os discursos (que interessam) como fatos. Quando precisa ser assim, para atender a determinados interesses e antecipar certos fins, o texto jornalístico tornase um jogo de montar. Em outras ocasiões, quando são necessárias análises para atender aos mesmos interesses, estas são retorcidas na direção que se quer e, em seguida, são transmitidas em tom consensual, como se não expressassem pontos de vista, mas sim realidades que não precisam ser apreendidas criticamente.

Neste quadro, compreende-se que a possibilidade de elevação da capacidade crítica da população confronta muitos interesses, de modo que certas disciplinas críticas ligadas às ciências humanas - como é o caso da própria História - tornam-se indesejadas no currículo escolar. Mais do que o aprendizado mais simples de "conteúdos de história", incomoda a estes interesses, sobretudo, que nos alunos dos níveis fundamental e médio sejam estimuladas a 'consciência histórica' e a 'capacidade crítica'. Quanto aos conteúdos, pede-se que haja um pretenso retorno aos fatos. A Escola sem Partido – que preconiza que os fatos históricos devem ser expostos pelo professor sem nenhuma explicitação de uma posição deste em relação a eles – propõe na verdade um retorno da História para aquém dos dois séculos de desenvolvimento da capacidade crítica da historiografia. Ou isso – a suposta acomodação factual da disciplina 'História' a uma Escola sem Partido – ou a sua exclusão literal dos currículos, parecem despontar como sugestões dos setores sociais conservadores para o nosso campo de saber. Há, ainda, as alternativas de diluição da História em uma disciplina amorfa, de modo a quebrar a matriz disciplinar de um saber que, além de milenar, apresenta em sua trajetória mais de dois séculos de historiografia científica. Tal expediente, como se sabe, ocorreu a certa altura do Regime Militar imposto à sociedade brasileira em 1964, quando a disciplina 'História' se viu diluída, no Ensino Básico, em uma disciplina intitulada 'Estudos Sociais'. Nos tempos recentes, uma medida provisória excluiu a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio<sup>23</sup>. É sintomático que, nos períodos de ditaduras, explícitas ou não, a História seja combatida de diversas maneiras, inclusive na sua integridade como disciplina a fazer parte do currículo escolar.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> A Medida Provisória nº 746/16 propôs a exclusão da obrigatoriedade da disciplina História no âmbito do Ensino Médio brasileiro. Foi aprovada no Senado, em 08 de fevereiro de 2017, por uma impressionante e decepcionante margem de 43 votos contra 13, para depois passar a integrar a Lei 13.415/17.

Os historiadores, particularmente através de suas principais associações, são conclamados a resistir. Como sustentei na primeira das proposições, a Responsabilidade Social deve ser preconizada como um dos valores de resistência da nova historiografia. Através da 'transferência de criticidade' para os diversos setores da população – seja através do ensino escolar e superior, seja através da divulgação de obras que estimulem nos seus leitores o desenvolvimento da capacidade crítica, seja através da utilização da própria mídia contra os interesses conservadores que já dominam o universo midiático – a História nestas décadas iniciais do novo milênio deve ser combativa, como foi em diversos outros momentos. Para tal, precisa atuar com Responsabilidade Social, produzir textos com Criatividade', enriquecer-se com 'Novas Interdisciplinaridades', explorar a 'Variedade' de pontos de vista, de linguagens e de suportes, mostrar 'Abrangência' em relação à totalidade do universo social, e transferir a este, nos seus múltiplos setores e grupos identitários e sociais, a sua capacidade de 'Criticidade'. Eis aqui um conjunto de proposições para a historiografia do novo milênio.

#### Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004 [orig: 1973].

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981 [original: 1929 / 1963].

BARROS, José D'Assunção. *Interdisciplinaridade – na História e nos demais campos de saber*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2018.

BARROS, José D'Assunção. Poliacordes Geográficos. *In*: BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia – diálogos interdisciplinares*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2017, p. 108-126.

BARROS, José D'Assunção. "O Conceito como Acorde" *In*: BARROS, José D'Assunção. *Os Conceitos – seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2016, p.83-93.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História, vol. IV – Acordes Historiográficos:* uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2012.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. *In: Walter Benjamin: obras escolhidas – Magia e Técnica; Arte e Política*. São Paulo: Brasilense, 2008. p. 222-231 [original: 1940].

BURKE, Peter. A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa. *In*: BURKE, Peter. *A Escrita da História* – novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 327-348.

CATROGA, Fernando Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*. Edição Especial, n. 2, 2006, p. 7-34.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. *In:* CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras, 1991 [original: 1989].

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos* – o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [original: 1994].

HOBSBAWM, Eric. A História de Baixo para Cima. *In*: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 216-231 [original: 1997].

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça* – as ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [original: 1972].

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311-337 [original: 1979].

LE ROY LADURIE, Emmmanuel. Le Territoire de l'historien. Paris: Gallimard, 1973.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. *In*: LEVI, Giovanni. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

LOZANO, Jorge. El Discurso Histórico. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual – balanço provisório da questão. *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 45, p. 11-36, São Paulo, julho de 2003.

NIEBUHR, Berthold Georg. *The History of Rome*. Cambridge: 2011 [original: 1812].

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda Consideração Extemporânea – Sobre as vantagens e desvantagens da história para a vida. *In*: NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro: Edições Loyola/Editora PUCRio, 2005, p. 67-178 [original: 1873].

PRICE, R. Alabi's World. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.

REVEL, Jacques. Micro-Análise e Construção Social. *In*: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas* – a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992. p. 15-38.

RÜSEN, Jörn. Narração Histórica: Fundações, Tipo, Razão. *In*: MALERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa* – a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2016, p. 45-57.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Esquerdas do Mundo, Uni-vos!* São Paulo: Boitempo, 2018.

SUETONIO. *A Vida dos Doze Césares*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002 [original: 121 d.C.].

THOMPSON, Edward P. History from Bellow. *The Times Literary Supplement*, 7 abr. 1966, p. 279-280.